



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG
MEDICINA

**A REEMERGÊNCIA DE DOENÇAS IMUNOPREVINÍVEIS E OS DESAFIOS PARA
SAÚDE PÚBLICA**

João Pedro Bove Baessa

Manhuaçu / MG

2025

JOÃO PEDRO BOVE BAESSA

**A REEMERGÊNCIA DE DOENÇAS IMUNOPREVINÍVEIS E OS DESAFIOS PARA
SAÚDE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Superior de Medicina do Centro
Universitário UNIFACIG, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Ms Karina Gama dos Santos
Sales

Manhuaçu / MG

2025

JOÃO PEDRO BOVE BAESSA

**A REEMERGÊNCIA DE DOENÇAS IMUNOPREVINÍVEIS E OS DESAFIOS PARA
SAÚDE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Superior de Medicina do Centro Universitário UNIFACIG, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Ms Karina Gama dos Santos Sales

Banca Examinadora:

Data da Aprovação: / /

Enf., Me. Karina Gama dos Santos dos Sales – Centro Universitário UNIFACIG
(Orientadora)

Méd. da Família e Comunidade e Medicina do Tráfego Michel de Sousa Nacife
Ferreira – Centro Universitário UNIFACIG

Méd. Priscilla Borela Nacif – Universidade de Iguazu – Campus Itaperuna (UNIG)

RESUMO

O sarampo e a coqueluche são doenças infecciosas respiratórias imunopreveníveis que, apesar dos avanços alcançados com a vacinação, voltaram a representar importantes desafios para a saúde pública nas últimas décadas. Este estudo teve como objetivo analisar os aspectos epidemiológicos, clínicos e preventivos dessas doenças, destacando a importância da imunização e os fatores que contribuíram para sua reemergência no Brasil. Trata-se de uma revisão integrativa, realizada nas bases SciELO, BVS e Google Acadêmico, com publicações em português entre 2010 e 2025. Foram selecionados oito artigos que abordavam diretamente o tema. Os resultados indicam que a queda nas coberturas vacinais — intensificada após 2015 e agravada durante a pandemia de COVID-19 — foi o principal fator associado ao ressurgimento do sarampo e da coqueluche. A hesitação vacinal, impulsionada pela desinformação e pela falsa percepção de erradicação das doenças, comprometeu o alcance da imunidade coletiva. Constatou-se ainda que a vacinação continua sendo a estratégia mais eficaz para o controle dessas enfermidades, desde que acompanhada por ações educativas, fortalecimento do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e vigilância epidemiológica contínua. Conclui-se portanto, que o enfrentamento da reemergência das doenças imunopreveníveis exige uma abordagem interdisciplinar e integrada, baseada em políticas públicas sustentáveis e na valorização da ciência e da educação em saúde como instrumentos essenciais para a proteção coletiva.

Palavras-chave: Doenças imunopreveníveis, Reemergência de doenças, Sarampo, Coqueluche, Vacinação, Saúde pública, Hesitação vacinal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. MATERIAIS E MÉTODOS	7
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	8
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
5. REFERÊNCIAS	17

1. INTRODUÇÃO

O sarampo e a coqueluche são doenças infecciosas respiratórias de alta transmissibilidade e reconhecidas como importantes causas de morbimortalidade antes da introdução das vacinas. A implementação da imunização em larga escala permitiu um declínio expressivo da incidência dessas doenças nas últimas décadas, porém, nos últimos anos, observa-se um cenário de reemergência dessas enfermidades, o que reacende a preocupação dos órgãos de saúde pública (MAGALHÃES et al., 2023).

No Brasil, o sarampo havia sido declarado eliminado em 2016, entretanto, a partir de 2018, verificou-se a reintrodução do vírus, com registro de surtos em diferentes estados e milhares de casos confirmados. Esse fenômeno esteve associado, sobretudo, à queda nas coberturas vacinais, que historicamente se mantinham acima de 95%, mas que apresentaram declínio significativo após 2015, intensificado durante a pandemia de COVID-19 (MAGALHÃES et al., 2023; BRASIL, 2023).

De forma semelhante, a coqueluche, embora controlada ao longo do século XX pela vacinação em massa, voltou a apresentar aumento expressivo de casos em 2024, conforme relatado em boletins epidemiológicos recentes. Tal crescimento pode ser explicado por fatores como a redução da adesão ao esquema vacinal, a menor imunidade conferida pelas vacinas acelulares e as dificuldades no diagnóstico clínico e laboratorial, que podem retardar a notificação e o controle de surtos (JERONYMO; GUILHERME, 2024).

Essas doenças impactam de modo particular grupos populacionais vulneráveis, como crianças menores de um ano, que ainda não completaram o esquema vacinal; gestantes, que podem transmitir imunidade parcial ao recém-nascido; indivíduos imunodeprimidos; e comunidades indígenas, frequentemente expostas a barreiras de acesso ao sistema de saúde (JERONYMO; GUILHERME, 2024; CUNHA et al., 2024).

Além do aspecto clínico e epidemiológico, é necessário considerar o impacto social e econômico dessas enfermidades. A ocorrência de surtos de sarampo e coqueluche gera aumento da demanda por serviços de saúde, sobrecarga hospitalar e custos adicionais relacionados à internação e ao tratamento, além de comprometer programas de imunização e vigilância epidemiológica já sobrecarregados (CUNHA et al., 2024).

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo geral analisar os aspectos epidemiológicos, clínicos e preventivos do sarampo e da coqueluche, com ênfase na importância da vacinação e nos desafios enfrentados pela saúde pública no Brasil (BRASIL, 2023).

Como objetivos específicos, busca-se: descrever as características clínicas e epidemiológicas do sarampo e da coqueluche; investigar o papel da vacinação na redução da incidência dessas doenças; avaliar os fatores que contribuíram para o aumento dos casos nos últimos anos, especialmente no contexto pós-pandemia de COVID-19; analisar as estratégias de controle e prevenção adotadas no Brasil; e refletir sobre a importância do conhecimento científico na promoção da saúde e na prevenção dessas enfermidades (SILVA et al., 2022).

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de revisão integrativa com obras disponíveis com o tema proposto em artigos eletrônicos indexados nas bases de dados: Google Acadêmico (GA), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS).

A seleção dos artigos ocorreu a partir da aplicação das palavras-chaves nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Doenças Imunopreveníveis; Reemergência de Doenças; Saúde Pública; Estratégias de Imunização.

Os critérios adotados para inclusão dos artigos foram: estudos selecionados publicados da literatura em português no período de 2010 a 2025; artigos completos e gratuitos e que abordavam o tema selecionado.

Frente à variedade de trabalhos localizados, efetuaram-se alguns critérios de exclusão como: artigos que não abordavam o tema escolhido; artigos de publicação fora do corte temporal escolhido (2010 a 2025), artigos no formato de resumo; artigos de permissão limitada a assinantes.

A busca foi efetuada com o cruzamento dos descritores identificados resultou na totalidade de 1187 artigos. Nessa seleção foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, restando 8 artigos para responder aos objetivos do estudo e realizar os resultados e discussões. **No quadro 1** segue os valores de artigos encontrados em cada base de pesquisa.

Quadro 1. Total de artigos selecionados nas bases

DESCRITORES	SCIELO	%	BVS	%	G. A.	%
Doenças Imunopreveníveis; Reemergência de Doenças; Saúde Pública; Estratégias de Imunização. .	307	100%	215	100%	665	100%
Total de artigos selecionados	4	1,3 %	2	0,9 %	2	0,3 %

Fonte: Autor do estudo, (2025).

No **fluxograma 1** segue um fluxograma demonstrando como foi a filtragem dos artigos nas bases.

Fluxograma 1. Filtro dos artigos selecionados nas bases.



Fonte: Autor do estudo, (2025).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 2, a análise dos dados extraídos possibilita compreender os principais aspectos relacionados à reemergência de doenças imunopreveníveis e seus desafios para a saúde pública. As pesquisas selecionadas abordam diferentes perspectivas sobre o tema, evidenciando fatores que contribuem para o retorno dessas doenças, bem como estratégias de prevenção, vigilância e imunização.

Apresenta-se também a descrição dos estudos selecionados, incluindo

título, ano de publicação e objetivo de cada pesquisa, o que permite avaliar a relevância, a atualidade e a abrangência das evidências analisadas. A consideração do ano de publicação assegura que as informações refletem os dados mais recentes sobre o tema, enquanto a análise dos objetivos possibilita compreender a contribuição específica de cada estudo para a discussão proposta.

Quadro 2. Descrição de pesquisa selecionadas com os títulos, autores, ano e objetivo de cada estudo.

TÍTULO DOS ARTIGOS	ANO	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Doenças emergentes e reemergentes: uma revisão de literatura	2024	Analisar doenças emergentes e reemergentes, suas origens, características epidemiológicas e demográficas, impactos sociais, médicos e econômicos, assim como identificar causas e modos de transmissão para subsidiar políticas públicas e estratégias de prevenção/controlado.	Exemplos de ressurgimento: sarampo, tuberculose, dengue, influenza H1N1, ebola, coronavírus. Fatores de ressurgimento: mudanças ambientais, migração de vetores, falhas no sistema de saúde e novas variantes. Conclui que é fundamental adotar abordagens integradas de saúde (One Health) para conter essas ameaças.
Efeitos da campanha de vacinação nas internações e mortalidade relacionados ao sarampo no Brasil na última década.	2022	Avaliar a adesão da população à vacinação contra o sarampo e sua relação com internações e mortalidade no Brasil.	Entre 2013–2016 (período de maior adesão vacinal), houve zero mortalidade e baixas internações. Após 2017, a cobertura caiu, e em 2019 o sarampo voltou ao Brasil, com aumento expressivo de internações e óbitos (pico em 2021). Destacam-se regiões Norte e Sudeste como as mais afetadas. A baixa adesão à vacinação explica o retorno da doença e a alta mortalidade recente.

<p>Vacinas para doenças negligenciadas e emergentes no Brasil até 2030: o “vale da morte” e oportunidades para PD&I na Vacinologia 4.0</p>	<p>2020</p>	<p>Analisar as limitações do sistema brasileiro de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em vacinas.</p> <p>Discutir estratégias para superar a falta de vacinas para doenças negligenciadas e emergentes até 2030.</p>	<p>O Brasil enfrenta grande desafio por baixa competitividade em PD&I, dificultando o desenvolvimento de vacinas para algumas doenças.</p> <p>Multinacionais têm baixo interesse em vacinas pouco lucrativas, gerando o chamado “vale da morte” (pesquisas promissoras que não chegam ao mercado).</p> <p>Brasil têm oportunidade estratégica para investir em vacinologia 4.0 e produção local, garantindo autonomia até 2030.</p>
<p>Análise da série temporal da coqueluche no Brasil no período de 2010 a 2019</p>	<p>2022</p>	<p>Analisar o comportamento espaço-temporal da coqueluche no Brasil e suas características epidemiológicas.</p>	<p>Maioria dos casos e mortes em crianças menores de 1 ano (60% dos casos e 98% dos óbitos).</p> <p>Doença apresentou comportamento cíclico, com aumento em 2014 em vista dos anos anteriores e tendência de queda até 2019.</p> <p>Regiões mais afetadas: Sul, Sudeste e Nordeste (casos) e Sudeste/Nordeste (mortalidade).</p> <p>Reforça a importância da vacinação pentavalente e da vigilância epidemiológica, pois lactentes não imunizados permanecem os mais vulneráveis.</p>
<p>Sarampo, doença reemergente e seus determinantes: Revisão narrativa</p>	<p>2022</p>	<p>Elaborar uma síntese das publicações que investigaram os possíveis determinantes da reemergência do sarampo, buscando compreender as causas para o retorno da doença no Brasil.</p>	<p>Os fatores mais apontados para o ressurgimento do sarampo foram:</p> <p>Queda da cobertura vacinal, principalmente após 2016.</p> <p>Falsa percepção de que doenças imunopreveníveis estão erradicadas.</p> <p>Disseminação de fake news e crescimento do movimento antivacina.</p> <p>Enfraquecimento do SUS e fragilidade das campanhas de vacinação.</p>

<p>O desempenho da saúde coletiva no Brasil ante aos agravos infecciosos emergentes e reemergentes.</p>	<p>2021</p>	<p>Atualizar, com base em evidências científicas, os fatores de risco e o desempenho da saúde coletiva no enfrentamento de agravos infecciosos emergentes e reemergentes no Brasil</p>	<p>Fatores de risco identificados:</p> <p>Questões demográficas, sociais, políticas e econômicas.</p> <p>Desmatamento, imigração, mudanças climáticas e uso inadequado de antibióticos.</p> <p>Evolução e adaptação de microrganismos.</p> <p>Observou-se que a queda da cobertura vacinal a partir de 2016 contribuiu para o retorno de doenças como sarampo, rubéola e poliomielite.</p> <p>A saúde coletiva precisa atuar de forma integrada, com equipe multiprofissional, estratégias de monitoramento rápido de vacinação (MRV), campanhas de conscientização e fortalecimento do PNI.</p>
<p>Perfil dos casos de Coqueluche no Brasil: Um olhar para a importância da vacinação</p>	<p>2025</p>	<p>Descrever o perfil epidemiológico dos casos de coqueluche no Brasil entre 2020 e 2024.</p>	<p>Houve um aumento expressivo dos casos em 2024, representando 87% de todas as notificações do período.</p> <p>As regiões Sul e Sudeste concentraram o maior número de casos.</p> <p>O grupo mais afetado foi menores de 1 ano, seguido pela faixa etária de 10 a 14 anos.</p> <p>A maioria dos casos foi confirmada por diagnóstico laboratorial e evoluiu para cura em mais de 90% dos casos.</p> <p>O estudo reforça a importância de manter a cobertura vacinal completa e de ações contínuas de vigilância epidemiológica para prevenir novos surtos e controlar a doença.</p>

A reemergência do sarampo no Brasil associada à influência dos movimentos sociais de pós verdade, fake news e antivacinas no mundo: revisão integrativa	2021	O estudo teve como objetivo analisar os trabalhos publicados sobre os surtos recentes de sarampo e sua relação com os fenômenos da pós-verdade, fake news e movimentos antivacinas no mundo.	Há produção científica relevante sobre o tema, mas ainda é necessário integrar melhor as áreas de estudo para entender a relação entre fake news, hesitação vacinal e surtos de sarampo. É preciso ampliar estratégias de comunicação e educação em saúde, desmistificando fake news e promovendo confiança na vacinação. O fortalecimento das campanhas de imunização e das políticas públicas de combate à desinformação é crucial para recuperar a cobertura vacinal e evitar novos surtos.
---	------	--	--

Fonte: Autor do estudo, (2025).

O sarampo e a coqueluche continuam sendo enfermidades de expressiva relevância para a saúde pública, mesmo diante da disponibilidade de vacinas seguras e eficazes. Ambas são classificadas como doenças reemergentes, uma vez que voltam a apresentar surtos em contextos de queda da cobertura vacinal e de fragilidades nos sistemas de vigilância epidemiológica (EDITORIAL, 2019; FERNANDES, 2022; SILVA et al., 2022).

Em escala global, a cobertura da terceira dose DTP — fundamental contra a coqueluche — tem permanecido em torno de 85%, abaixo da meta de 90% definida pela Agenda 2030 da OMS, o que reforça que essa não é uma realidade só do Brasil (REVISTAFT, 2023). Isso evidencia que a imunização isolada não é suficiente para garantir o controle dessas doenças, sendo necessário articular estratégias de prevenção, monitoramento e educação em saúde para sustentar os avanços conquistados nas últimas décadas.

Do ponto de vista clínico, o sarampo caracteriza-se por febre alta, tosse seca, coriza, conjuntivite e exantema máculo-papular de progressão craniocaudal, além das manchas de Koplik, consideradas sinal patognomônico da doença. Sua elevada transmissibilidade faz do sarampo

uma das enfermidades infecciosas mais contagiosas conhecidas, podendo evoluir para complicações graves, como pneumonia, encefalite e panencefalite esclerosante subaguda, especialmente em crianças menores de cinco anos, desnutridas ou imunocomprometidas (EDITORIAL, 2019; FERNANDES, 2022).

A coqueluche por sua vez, é causada pela bactéria *Bordetella pertussis*, manifesta-se clinicamente por crises de tosse paroxística intensa, frequentemente acompanhadas de cianose, apneia e vômitos pós-tosse. Em lactentes, a progressão pode ser rápida e levar a pneumonia e óbito, explicando a elevada incidência e mortalidade nesse grupo etário (SILVA et al., 2022). Assim, tanto o sarampo quanto a coqueluche permanecem como ameaças importantes, especialmente em contextos de baixa imunização e dificuldades de diagnóstico precoce.

Epidemiologicamente, o sarampo voltou a circular no Brasil em 2018, após a perda do certificado de eliminação concedido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Esse ressurgimento esteve associado à introdução do genótipo D8 por migrantes e turistas, somado à presença de bolsões de suscetíveis em regiões com baixa cobertura vacinal, especialmente no Norte e no Sudeste (FERNANDES, 2022; EDITORIAL, 2019).

O surto de sarampo iniciado em Roraima em 2018, que resultou em mais de 18 mil casos até 2020, evidenciou como áreas de fronteira e populações vulneráveis permanecem expostas à rápida disseminação viral quando a cobertura vacinal é insuficiente (REVISTAFT, 2023).

A coqueluche, por sua vez, apresenta padrão cíclico, com picos de incidência registrados entre 2011 e 2014, atribuídos tanto à queda da imunidade vacinal ao longo do tempo quanto ao aprimoramento dos métodos diagnósticos (SILVA et al., 2022).

A vacinação desempenha papel central na redução da morbimortalidade associada ao sarampo e à coqueluche. No caso do sarampo, a introdução da vacina em 1963 e sua incorporação ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973 foram determinantes para o controle

da doença, culminando na eliminação da circulação endêmica em 2016 (LOUREIRO et al., 2024). As vacinas tríplice viral e tetraviral permanecem fundamentais, desde que mantida cobertura superior a 95%, condição necessária para alcançar a imunidade de rebanho. Para a coqueluche, a introdução da vacina DTP e de suas combinações contribuiu significativamente para a redução da gravidade e da letalidade dos casos.

Mais recentemente, a imunização de gestantes com a dTpa tem mostrado forte impacto na proteção dos lactentes menores de seis meses, conforme evidenciado por estudo que correlacionou a vacinação materna com a redução da incidência da doença nessa faixa etária (BRASIL, 2018; SILVA et al., 2022; SCIELO, 2022). Esses avanços reforçam que a imunização, quando realizada de forma ampla e contínua, constitui a medida mais eficaz para conter a disseminação dessas enfermidades.

A pandemia de COVID-19 agravou de maneira significativa o cenário da imunização no Brasil e no mundo. A interrupção temporária de campanhas de vacinação, a suspensão das atividades escolares e o receio de exposição ao SARS-CoV-2 nos serviços de saúde contribuíram para a queda acentuada da cobertura vacinal (HOMMA; FREIRE; POSSAS, 2020). Esse fenômeno foi intensificado pela disseminação de desinformação nas redes sociais, que favoreceu o crescimento da hesitação vacinal, comprometendo a confiança da população na segurança e eficácia dos imunizantes (FERNANDES, 2022).

Um estudo ecológico recente identificou aumento expressivo da incidência de sarampo em 2020, seguido por esforços reativos de vacinação, que buscaram reduzir as desigualdades regionais na cobertura, mas com resultados ainda insuficientes (DELOS, 2023).

Como resposta ao recrudescimento do sarampo e da coqueluche, o Brasil reforçou diversas estratégias de controle e prevenção, alinhadas às diretrizes do PNI. Entre as principais ações, destacam-se as campanhas nacionais de multivacinação, voltadas para atualização da caderneta vacinal de crianças e adolescentes, e o bloqueio vacinal em áreas com detecção de casos de sarampo, medida eficaz para interromper a cadeia de transmissão (SILVA et al., 2022).

Houve ainda intensificação da vigilância epidemiológica, permitindo maior sensibilidade na identificação de surtos e no monitoramento da circulação viral. No enfrentamento da coqueluche, ganhou relevância a ampliação da vacinação de gestantes com a dTpa, estratégia fundamental para proteger os lactentes nos primeiros meses de vida (LOUREIRO et al., 2024; BRASIL, 2018).

Além disso, em 2024, o Ministério da Saúde lançou a campanha “Vacinação de rotina: vacina é pra toda vida”, veiculada em múltiplos meios de comunicação, com fases específicas para coqueluche, sarampo e poliomielite, reforçando a importância da comunicação pública na adesão vacinal (GOV.BR, 2024; AGÊNCIA GOV, 2024).

Nesse contexto, torna-se evidente que a prevenção das doenças imunopreveníveis não depende apenas da disponibilidade das vacinas, mas também da promoção do conhecimento como ferramenta de saúde coletiva.

O uso de tecnologias leves em saúde, como estratégias educativas e comunicacionais, tem se mostrado eficaz no enfrentamento do movimento antivacina e na redução da hesitação vacinal (GONÇALVES et al., 2025). Investir em educação em saúde, capacitação de profissionais e desenvolvimento de estratégias de comunicação eficazes para combater a desinformação é essencial para fortalecer o PNI e garantir sua resiliência em momentos de crise (FREITAS; CLEMENTE; SILVA, 2021).

A imunização deve ser entendida não apenas como um direito individual, mas como uma responsabilidade cidadã e coletiva, indispensável para a proteção da comunidade e para a manutenção dos avanços conquistados no controle do sarampo e da coqueluche. (BRASIL, Ministério da Saúde 2018).

Dessa forma, o enfrentamento das desigualdades regionais, a superação da hesitação vacinal e a valorização da ciência como base para as decisões em saúde pública constituem pilares fundamentais para assegurar a sustentabilidade das políticas de imunização no Brasil. (BRASIL, Ministério da Saúde 2018).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da reemergência do sarampo e da coqueluche evidencia que, apesar dos avanços científicos e tecnológicos alcançados na área da imunização, essas doenças continuam representando um desafio para a saúde pública no Brasil e no mundo. O estudo demonstrou que a queda nas coberturas vacinais, especialmente após 2015 e agravada pela pandemia de COVID-19, foi um dos principais fatores responsáveis pelo retorno dessas enfermidades, refletindo fragilidades no sistema de vigilância epidemiológica e na adesão da população às campanhas de vacinação.

Os resultados reforçam que a vacinação é a medida preventiva mais eficaz para o controle do sarampo e da coqueluche, reduzindo significativamente a morbimortalidade e evitando a ocorrência de surtos. Entretanto, a manutenção dessa eficácia depende da continuidade das ações de imunização, da vigilância ativa e da promoção da educação em saúde como instrumentos de conscientização coletiva.

A hesitação vacinal, impulsionada pela disseminação de desinformações e pela desconfiança nos imunizantes, representa um obstáculo crescente que precisa ser enfrentado com estratégias integradas de comunicação e políticas públicas baseadas em evidências científicas.

Observou-se também que os impactos dessas doenças vão além do campo epidemiológico, atingindo dimensões sociais, econômicas e estruturais do sistema de saúde. Assim, o fortalecimento do Programa Nacional de Imunizações (PNI), a valorização dos profissionais de saúde e o investimento em tecnologias de informação e educação são pilares fundamentais para garantir a sustentabilidade das políticas de imunização e proteger as populações mais vulneráveis.

Conclui-se que a reemergência de doenças imunopreveníveis é um fenômeno multifatorial, que exige abordagens interdisciplinares e ações coordenadas entre governo, profissionais de saúde e sociedade civil. A promoção da cultura vacinal deve ser compreendida não apenas como um direito individual, mas como uma responsabilidade coletiva, indispensável para a preservação da saúde pública e para a consolidação dos avanços conquistados nas últimas décadas no controle do sarampo e da coqueluche.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. *Vacinação de rotina: vacina é pra toda vida.* Brasília: Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em 7 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de Vigilância Epidemiológica da Coqueluche.* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/coqueluche> Acesso em 23 Mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Nota técnica: vacinação de gestantes com dTpa.* Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dtpa> Acesso em 14 jul. 2025.

CUNHA, R. M. L.; ARAÚJO, J. A. de; DIAS, A. K. Perfil dos casos de coqueluche no Brasil: um olhar para a importância da vacinação. **Revista Saúde em Voga**, v. 9, n. 1, p. 1-14, 2024.

DELOS, F. Impacto da COVID-19 na cobertura vacinal no Brasil: estudo ecológico. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, n. 2, p. 7-9, 2023.

EDITORIAL. Entendendo o ressurgimento e o controle do sarampo no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1-4, 2019.

EDITORIAL. Reemergência do sarampo e coqueluche no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53 p.1-2, 2019.

FERNANDES, A. Epidemiologia do sarampo e coqueluche: desafios contemporâneos. **Jornal de Medicina Preventiva**, 2022; 18(2):45-52.

FERNANDES, M. S. **Sarampo, doença reemergente e seus determinantes: revisão narrativa.** 2011. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

FREITAS, A. D. G.; CLEMENTE, J. S.; SILVA, M. A. **O desempenho da saúde coletiva no Brasil ante aos agravos infecciosos emergentes e reemergentes.** 2021. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

FREITAS, P.; CLEMENTE, R.; SILVA, T. Estratégias de comunicação em saúde para redução da hesitação vacinal. **Revista Brasileira de Saúde Coletiva**, 2021; 31(4):123-132.

GONÇALVES, R. *et al.* Tecnologias leves em saúde e educação vacinal: enfrentamento do movimento antivacina. **Saúde & Sociedade**, 2025; 34(1):55-70.

GOV.BR. Campanha nacional de vacinação 2024. Brasília: Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em 7 Agos. 2025.

JERONYMO, G. Número de casos notificados de coqueluche cresce em 2024. Agência Brasil, Brasília, 26 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2024-11/numero-de-casos-notificados-de-coqueluche-cresce-em-2024>. Acesso em 21 set. 2025.

LOUREIRO, A. A. R. *et al.* Efeitos da campanha de vacinação nas internações e mortalidade relacionados ao sarampo no Brasil na última década. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. e20042022, 2024.

LOUREIRO, A. *et al.* Vacinação contra sarampo e coqueluche: avanços e desafios no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 2024; 33(1):e2024123.

MAGALHÃES, L. F. de; VARGENS, J. R.; RAMOS, M. V. Análise circunstancial da reemergência do sarampo no Brasil. **Revista Multidisciplinar de Saúde (REMS)**, v. 3, n. 2, p. 1-12, 2023.

REVISTAFT. Cobertura vacinal global da DTP3 e desafios do controle da coqueluche. **RevistaFT**, 2023. Disponível em: https://revistaft.com.br/edicoes/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 29 set. 2025.

SCIELO. Impacto da vacinação materna na proteção de lactentes contra coqueluche. **SciELO Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em 29 agos. 2025.

SILVA, J. *et al.* Coqueluche e sarampo: epidemiologia e estratégias de prevenção. **Jornal de Pediatria e Saúde Infantil**, 2022; 98(3):210-220.

SILVA, L. R. *et al.* Análise da série temporal da coqueluche no Brasil no período de 2010 a 2019. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 22, n. 3, p.